



**FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO**

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000  
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001

Ofício 041/2025 - FESMP/MT

Cuiabá, 30 de abril de 2025.

Ao

Excelentíssimo Senhor

**Des. Marcos Henrique Machado**

DD. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso

Assunto: Apresentação de Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Eleitoral, Processo Eleitoral e Tecnologia

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Ao cumprimentá-lo respeitosamente, apresentamos nossos sinceros cumprimentos e congratulações a Vossa Excelência pela recente eleição à presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, formulando votos de uma gestão profícua, marcada pelo fortalecimento da Justiça Eleitoral e pelo contínuo aperfeiçoamento institucional.

Temos a honra de apresentar o **Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Eleitoral, Processo Eleitoral e Tecnologia**, cuja proposta acadêmica está diretamente alinhada aos desafios contemporâneos enfrentados pela Justiça Eleitoral. A formação visa proporcionar base teórica sólida e abordagem prática atualizada, contribuindo para a qualificação dos quadros do TRE/MT e o aprimoramento da atuação jurisdicional em matéria eleitoral.

A **Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso (FESMP/MT)**, instituição sem fins lucrativos com mais de 30 anos de tradição e reconhecida utilidade pública estadual (Lei nº 7.392/2001) e credenciada como Escola de Governo pelo Conselho Estadual de Educação, vem consolidando sua atuação como referência regional na formação jurídica. Até o ano de 2025, contabiliza **76 cursos de pós-graduação lato sensu concluídos**, com **5.286 profissionais pós-graduados**, e **20 cursos de extensão**, com **1.316 acadêmicos qualificados**.

A excelência de sua trajetória se expressa também no **corpo docente altamente qualificado**, atualmente composto por **170 professores** com titulação de pós-doutorado, doutorado e mestrado, ampla experiência profissional, notória



**FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO**

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000  
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001

produção científica e reconhecida atuação em instituições públicas e privadas, inclusive de ensino superior.

Conforme dispõe o **artigo 5º do Estatuto da FESMP/MT**, constitui finalidade institucional da Fundação a promoção de cursos de pós-graduação lato sensu, stricto sensu profissionalizantes, de aperfeiçoamento e atualização, com foco na capacitação de integrantes das diversas carreiras jurídicas e profissionais do Direito.

Acreditamos que a **valorização e qualificação continuada dos membros das instituições públicas, especialmente do Ministério Público e do Poder Judiciário, é condição essencial para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito** e para a melhoria permanente da atuação institucional. Nesse sentido, o fomento a **parcerias institucionais voltadas à capacitação técnica e acadêmica** é medida que merece ser incentivada e apoiada.

Com o propósito de estreitar ainda mais os laços entre nossas instituições, vimos, por meio deste, **convidar Vossa Excelência a considerar a aquisição de vagas nos cursos de especialização promovidos por esta Fundação**, especialmente o curso em Direito Eleitoral, Processo Eleitoral e Tecnologia, cujas informações principais seguem abaixo:

**Coordenação:** Prof<sup>a</sup> Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira –  
Doutora em Direito pela PUC/SP

**Início:** 09 de maio de 2025

**Carga Horária:** 360 horas/aula, divididas em 20 disciplinas e atividades extracurriculares

**Objetivo Geral:**

Capacitar profissionais para uma atuação crítica, ética e eficiente no âmbito eleitoral, com sólida base normativa e atenção aos impactos das tecnologias digitais sobre os processos democráticos, fomentando a pesquisa e o debate qualificado.

**Público-Alvo:**

Profissionais graduados em Direito e áreas afins, que atendam aos critérios de seleção das instituições.

**Formato e Investimento:**

**FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO**

Dedatada de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000

Dedatada de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001

O curso será ofertado na modalidade **presencial e telepresencial**, garantindo interação ao vivo com os docentes.

- **Valor por aluno:** R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), parcelados em **20 parcelas de R\$ 510,00**.

A contratação de vagas contribui diretamente para o cumprimento da missão institucional da FESMP/MT, ao promover educação jurídica de qualidade e impacto positivo nos serviços públicos prestados, por meio da capacitação de servidores e operadores do Direito.

**(A grade curricular encontra-se anexa a este ofício.)**

Certos de podermos contar com o apoio de Vossas Excelências, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos complementares, bem como renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

MARCELO CAETANO Assinado de forma digital por  
MARCELO CAETANO  
VACCHIANO:593813 VACCHIANO:59381310149  
10149 Dados: 2025.04.30 10:24:33  
-04'00'

**Marcelo Caetano Vacchiano**  
**Diretor Geral da FESMP-MT**



## **CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO ELEITORAL, PROCESSO ELEITORAL E TECNOLOGIA**

### **CRONOGRAMA DAS AULAS / MÓDULOS**

#### **1. DIREITO CONSTITUCIONAL ELEITORAL E POLÍTICO: JURISDIÇÃO ELEITORAL, CONSTITUCIONALIZAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO.**

**Aulas nos dias: 09 e 10/05/2025 – presencial**

**Prof. Me. Luiz Gustavo de Andrade**

Advogado e Professor. Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba do UniCuritiba. Pós-graduado pela Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro. Atualmente é professor da graduação do curso de Direito do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Integra a Comissão de Controle da Administração Pública da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraná (OAB-PR). Integra a Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraná (OAB-PR). Secretário-Geral e Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Política (ABRADEP). Membro do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (IPRADE). Editor Executivo da Revista Paraná Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Membro Fundador do Instituto Mais Cidadania. Membro da Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral (CAOESTE). Professor convidado da pós-graduação em Direito Eleitoral da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professor convidado da pós-graduação em Direito Eleitoral da Universidade de Fortaleza (Unifor). Professor convidado da Escola do Ministério Público do Paraná (FEMPAR).

#### **2. CANDIDATURAS E GARANTIAS ELEITORAIS E DIREITO ELEITORAL: ELEGIBILIDADES E INELEGIBILIDADES ELEITORAIS**

**Aulas nos dias: 23 e 24/05/2025 – remoto online**

**Profa. Dra. Ana Claudia Santano**

Doutora pelo programa "Estado de Derecho y Buen Gobierno" pela Universidad de Salamanca. Fundadora e coordenadora-geral da organização Transparência Eleitoral Brasil. Autora de diversas obras. Professora de diversos cursos de pós-graduação em Direitos Humanos, Eleitoral e Ciências Sociais no Brasil e exterior.

#### **3. O PROCESSO DO REGISTRO DE CANDIDATURA: FASES E JULGAMENTO**

**Aulas nos dias: 06 e 07/06/2025 – presencial**

**Prof. Dr. Antonio Veloso Peleja Júnior**

Doutor em Direito Processual Civil pela PUC - SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015-2018). Mestre em Direito Processual pela UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012-2013). Professor de Direito na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Juiz-membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (2017-2019). Juiz auxiliar - Corregedoria Geral da Justiça - TJMT - ano de 2011 (nov.) a 2012 (out.) e biênios 2013-2014 e 2015-2016. Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MT (2019). Membro do corpo docente da ESMAGIS - Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso. Membro do corpo docente da Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso. Diretor de Ensino e Diretor de Pesquisa da Escola da Magistratura Mato-grossense (2014-2016) e Diretor de Pesquisa da mesma instituição (2017-2018).



#### **4. PROPAGANDA ELEITORAL, PESQUISA ELEITORAL E FAKE NEWS**

**Aulas nos dias: 13 e 14/06/2025 – presencial**

**Prof. Dr. Lídio Modesto da Silva Filho**

Juiz de Direito em MT desde 1999, eleito Desembargador em 2022. MBA em Administração Judiciária pela FGV. Doutor em Filosofia pela Unisinos e Mestre em Direito pela UFMT. Autor da obra Propaganda Eleitoral pela Editora Juruá. Ex-juiz membro do TRE/MT. Ex-diretor da Escola Judiciária Eleitoral de MT.

#### **5. AÇÕES ELEITORAIS**

**Aulas nos dias: 04 e 05/07/2025 – remoto online**

**Prof. Dr. Marcelo Santiago de Pádua Andrade**

Mestre em Direito pela PUC-SP. Advogado em Direito Material e Processual. Autor de obras em Direito Eleitoral.

#### **6. RECURSOS ELEITORAIS**

**Aulas nos dias: 18 e 19/07/2025 – presencial**

**Prof. Me. Ludgero Ferreira Liberato dos Santos**

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Eleitoral e Direito Processual Penal. Advogado.

#### **7. CRIMES ELEITORAIS E CASSAÇÃO DE CANDIDATOS**

**Aulas nos dias: 01 e 02/08/2025 – remoto online**

**Prof. Dr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves**

Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP. Professor de Direito Constitucional, Direito Penal e Direito Eleitoral. Membro Auxiliar da Procuradoria-Geral Eleitoral em Brasília (de 2013 a 2016). Procurador Regional Eleitoral em São Paulo (de 2008 a 2010). Desempenhou a Relatoria da Comissão do Senado Federal instituída para elaboração do Anteprojeto do Novo Código Penal (de 2011 a 2012).

#### **8. PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS E PATIDÁRIAS**

**Aulas nos dias: 22 e 23/08/2025 – presencial**

**Prof. Me. Michel Bertoni Soares**

Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor de Direito Administrativo e Direito Eleitoral. Advogado.

#### **9. JUSTIÇA ELEITORAL E MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**

**Aulas nos dias: 05 e 06/09/2025 – presencial**

**Profa. Esp. Luciana Fernandes de Freitas**

Mestranda em Direito pelo IDP. Pós-Graduada em Segurança Pública pela Universidade de Brasília. Pós-graduada em Direito Penal Econômico pela Universidade de Coimbra. Foi analista processual da PGR, com atuação na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e Vice Procuradoria Geral Eleitoral. Promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso. Professora de Direito Processual Penal e Eleitoral.

#### **10. ELEIÇÕES, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E RESPONSABILIDADE DE PLATAFORMAS DIGITAIS**

**Aulas nos dias: 19 e 20/09/2025 – remoto online**



### **Prof. Me. João Victor Archegas**

Pesquisador Sênior no Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS Rio). Professor na FAE Law Experience. Master of Laws pela Harvard Law School (EUA), com bolsa da instituição. Gammon Fellow de excelência acadêmica na Harvard Law School (EUA), com bolsa associada ao prêmio. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2014-2018). Durante a graduação, foi pesquisador bolsista do CNPq. Aluno do Columbia Summer Program in American Law, na Universidade de Leiden (2018). Advogado.

## **11. AÇÕES PENAIS ELEITORAIS**

**Aulas nos dias: 03 e 04/10/2025 – presencial**

### **Prof. Dr. Pedro Henrique Demercian**

Doutor em Direito pela Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Concursado Assistente-Doutor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor Concursado Assistente-Doutor no Programa de Pós-graduação stricto sensu da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na sub-área de Processo Penal, Professor no Curso de Pós-graduação lato sensu da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (COGEAE), Professor no Curso de pós-graduação lato-sensu da Escola Superior do Ministério Público e Procurador de Justiça Criminal no Ministério Público do Estado de São Paulo. Assessor da Procuradoria-geral de Justiça de São Paulo no Setor de Recursos Extraordinários e Especiais Criminais. É Coordenador dos Grupos de Estudos e Cursos de Extensão do Departamento de Penal, Processo Penal e Medicina Legal da PUC/SP.

## **12. RECURSOS CRIMINAIS ELEITORAIS**

**Aulas nos dias: 17 e 18/10/2025 – remoto online**

### **Prof. Dr. Ferdinando Scremin Neto**

Doutor em Direito, mestre em Direito Processual e Cidadania pela UNIPAR. Professor de Direito Processual Civil e Penal da Faculdade UNIGUAÇU. Professor do Curso DAMÁSIO. Professor de Processo Penal em pós-graduação lato sensu da Faculdade Maringá. Professor da EMAP - Escola da Magistratura do Paraná. Juiz de Direito no Estado do Paraná. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual, Administrativo e Penal. Autor de artigos jurídicos. Autor de livro na área de Direito Administrativo.

## **13. PARTIDOS POLÍTICOS, MANUTENÇÃO E REFORMA POLÍTICA**

**Aulas nos dias: 31/10 e 01/11/2025 – presencial**

### **Prof. Me. Lenine Póvoas de Abreu**

Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Especialista em Direito Eleitoral e Improbidade Administrativa pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso - FESMP/MT. Professor. Vice-presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso (OAB/MT). Autor da obra: "Corrupção no Processo Legislativo: vício no móvel do agente" (2020). Co-autor das obras: (i) "Tratado de Direito Eleitoral", TOMO 4 (Ed. Fórum, 2018); (ii) "Processo Administrativo Tributário no Mato Grosso", 2ª edição (Ed. Lumen Júris, 2022).



#### **14. TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ÉTICA E MORALIDADE**

**Aulas nos dias: 07 e 08/11/2025 – remoto online**

**Prof. Dr. Emerson Gabardo**

Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-PR. Professor Associado de Direito Administrativo da Universidade Federal do Paraná. Doutor em Direito do Estado pela UFPR. Diretor Executivo do NINC - Núcleo de Investigações Constitucionais da Universidade Federal do Paraná. Vice-líder do NUPED - Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Coordenador do Curso de Especialização em Direito Digital e Governo Eletrônico do Instituto Bacellar.

#### **15. ELEIÇÕES E DESINFORMAÇÃO: LIBERDADE DE EXPRESSÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INFLUÊNCIA NAS CAMPANHAS E PROPAGANDAS ELEITORAIS**

**Aulas nos dias: 27 e 28/11/2025 – presencial**

**Prof. Me. Rafael Rodrigues Soares**

Advogado. Mestrando em Direito pela Universidade de Marília - UNIMAR. Especialista em Direito Processual Civil pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Mato Grosso - FESMP/MT (2014). Especialista em Direito Eleitoral Aplicado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas (2014). Professor da Graduação em Direito da Faculdade Fasipe, campus Rondonópolis. Procurador efetivo da Câmara Municipal de Guiratinga - MT. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADEP. Membro da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR (2011).

#### **16. FINANCIAMENTO DE PARTIDOS POLÍTICOS E CAMPANHAS ELEITORAIS**

**Aulas nos dias: 27 e 28/02/2026 – presencial**

**Prof. Me. Rodrigo Terra Cyrineu**

Mestre em Direito Constitucional. Especialista em Direito Eleitoral. Advogado. Membro-fundador da ABRADEP (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político). Professor em Cursos de Pós-Graduação. Membro da Comissão de Direito Eleitoral do Conselho Federal da OAB. Presidente da Comissão de Direito Eleitoral do IAMAT.

#### **17. MECANISMOS DE CONTROLE DOS ATOS ÍMPROBOS: DIREITO FUNDAMENTAL À BOA GOVERNANÇA**

**Aulas nos dias: 13 e 14/03/2026 – remoto online**

**Profa. Dra. Eneida Desiree Salgado**

Mestra e doutora em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Estágio de pós-doutoramento junto ao Instituto de Investigaciones Jurídicas da Universidad Nacional Autónoma de México, sobre o tema < Administración de las elecciones y jurisdicción electoral: un análisis del modelo mexicano y una crítica a la opción brasileira >, sob a supervisão de Jorge Fernández Ruiz, pesquisa publicada em 2016 pela editora da UNAM. Estágio de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, sob a supervisão de Adriano Codato, com a pesquisa < Índice de Democracia Intrapartidária: uma proposta de mensuração a partir dos estatutos dos partidos políticos brasileiros > (2019). Professora do Departamento de Direito Público e do



Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR desde 2008. Pesquisadora e líder do Núcleo de Investigações Constitucionais da Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do Política Por/De/Para Mulheres. Visiting scholar no Jack W. Peltason Center for the Study of Democracy (CSD) na University of California, Irvine (2020).

### **18. METODOLOGIA DO ENSINO JURÍDICO**

Ensino jurídico no Brasil. A crise do ensino jurídico: limites e possibilidades. Metodologia do ensino jurídico na pós-modernidade. A constitucionalização do direito e o ensino jurídico. Questão nuclear da qualidade do ensino jurídico no país. Métodos de ensino em Direito e a problematização: articulação entre teoria e prática. Práxis pedagógicas e ensino jurídico participativo. Ensinabilidade e os recursos tecnológicos. O Ensino Jurídico do Direito Processual Civil.

**Aulas nos dias: 27 e 28/03/2026 – presencial**

**Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira**

Doutora em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP. Professora Permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito na Universidade de Marília – UNIMAR. Professora Permanente do Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Universidade Paranaense - UNIPAR. Professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso – FESMP. Autora de obras e artigos jurídicos. Advogada.

### **19. DIREITO ELEITORAL NA PRÁTICA: ESTUDOS DE CASOS – ELEIÇÕES DE 2026**

**Aulas nos dias: 24 e 25/04/2026 – presencial**

**Prof. Dr. Antonio Veloso Peleja Júnior**

Doutor em Direito Processual Civil pela PUC - SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015-2018). Mestre em Direito Processual pela UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012-2013). Professor de Direito na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Juiz-membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (2017-2019). Juiz auxiliar - Corregedoria Geral da Justiça - TJMT - ano de 2011 (nov.) a 2012 (out.) e biênios 2013-2014 e 2015-2016. Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MT (2019). Membro do corpo docente da ESMAGIS - Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso. Membro do corpo docente da Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso. Diretor de Ensino e Diretor de Pesquisa da Escola da Magistratura Mato-grossense (2014-2016) e Diretor de Pesquisa da mesma instituição (2017-2018).

### **20. TRIBUNAL DE CONTAS – JUSTIÇA COMUM E JUSTIÇA ELEITORAL**

**Aulas nos dias: 08 e 09/05/2026 – remoto online**

**Prof. Dr. Anderson Sant'Ana Pedra**

Pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Campos-RJ. Especialista em Direito Público pela Consultime/Cândido Mendes. Bacharel em Direito pela Universidade de Vila Velha. Professor de Direito Constitucional e Direito Administrativo da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professor em pós-graduação em diversas Instituições de Ensino. Membro fundador do Instituto Nacional da Contratação Pública e do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais. Procurador do Estado do Espírito Santo. Ex-Chefe da Consultoria

**FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO**

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000  
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001

Jurídica do TCEES. Advogado em Anderson Pedra Advogados. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direitos Fundamentais, Direito Constitucional, Direito Administrativo (Licitação, Contrato Administrativo e Improbidade Administrativa).